

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.316 - RO (2019/0355571-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : PASCOAL CAHULLA NETO
ADVOGADO : PASCOAL CAHULLA NETO - RO006571
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE : LUIZ CARLOS CABRERA FILHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Luiz Carlos Cabrera Filho** – preso preventivamente pela prática, em tese, do delito de tráfico de drogas –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Rondônia, que denegou o *writ* ali impetrado (*Habeas Corpus* n. 0004782-03.2019.8.22.0000), mantendo a prisão preventiva do paciente, decretada pelo Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxico da comarca de Porto Velho/RO (Ação Penal n. 0014406-62.2018.8.22.0501).

Alega-se, em síntese, constrangimento ilegal consistente na ausência de fundamentação da segregação cautelar imposta, bem como excesso de prazo na formação da culpa.

Argumenta-se, ainda, a existência de erro quanto a pesagem da droga apreendida com o paciente, tratando-se de mero usuário.

Postula-se, ao final, a concessão liminar da ordem nos termos propostos.

É o relatório.

No momento, diante do que consta destes trechos do acórdão ora impugnado, não me deparo com os requisitos necessários para a concessão do pedido urgente (fls. 548/551 – grifo nosso):

[...]

Conforme narrado, os impetrantes alegam que o paciente está preso preventivamente há exato um ano, sem sentença penal, sendo este tempo superior ao razoável e proporcional, o que consideram excesso de prazo caracterizador de ilegalidade que conduz à concessão imediata da liberdade.

Em reconstrução temporal da prisão do paciente, vejo que ele foi preso

preventivamente no dia 31 de outubro de 2018 e denunciado no dia 18 de dezembro de 2018, pela prática do crime de tráfico de drogas e associação (Art. 33, *caput*, c/c art. 40, V, ambos da Lei 11.343/06 (três vezes), art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06 e art. 35, *caput*, c/c art. 40 V, ambos da Lei 11.343/06). **Os autos em que ocorreu a prisão encontram-se em carga com as partes para alegações finais.**

Em que pese as alegações de excesso de prazo na formação da culpa, não reconheço a ilegalidade pois, como sabido, os prazos não se perfazem por mera contagem aritmética, devendo ser observado cada caso e sua complexidade, tudo dentro da razoabilidade e proporcionalidade, sendo justificado o prolongamento do prazo, não está evidenciando o constrangimento ilegal.

[...]

A respeito da Súmula 21 do STJ, esta só pode ser relativizada se houver descaso injustificado do juiz, deixando de proceder com o impulso oficial, conforme baliza o STJ, **ainda mais quando o processo aguarda as alegações finais para o proferimento da sentença, ou seja, a instrução já foi concluída.**

Consta nas informações que a prisão preventiva do paciente decorreu de investigações realizadas pela Polícia Federal, no bojo do IPL 520/20189, a partir da prisão em flagrante de Gabriel Menezes de Oliveira, o qual foi preso no momento em que recebia uma encomenda dos correios contendo 150 comprimidos de ecstasy, sendo esta encomenda de propriedade do paciente, além de ter outras 3 encomendas destinadas a residência de Gabriel que foram apreendidas. Segundo as investigações Gabriel recebia as encomendas a mando de Luiz. Segundo apurado pela polícia federal o paciente Luiz Carlos Cabrera Filho comercializava drogas em festas do tipo rave, bem como por aplicativo de mensagens *Whatsapp*.

Durante a investigação o paciente teria ameaçado e coagido testemunha para que recebesse encomendas remetidas por correios contendo drogas em sua residência.

Vale ressaltar que o paciente tem em seu desfavor 3 crimes, dois de tráfico de drogas e um por associação criminosa para o tráfico, se diferenciando dos corréus.

De análise ao caso concreto com a apreensão de elevada quantidade e variedade de substâncias somado ao fato de o paciente integrar organização criminosa, verifico que está justificada a manutenção da segregação cautelar, frisando que a custódia é necessária para que a ordem pública não seja afetada pelas possíveis futuras ações do paciente, o que compreendo do mesmo modo.

Persiste frisar que o delito é de natureza grave e perigo concreto, uma vez que o intento criminoso pode gerar outros crimes em função do tráfico de drogas como roubos, latrocínios, furtos e homicídios, indicando que se faz necessária a segregação do paciente para assegurar a paz no seio social, evitando que outras pessoas fiquem expostas a esse tipo de infração, que tende a se repetir se o paciente permanecer em liberdade, o que reafirma a necessidade da custódia.

Além disso, em sede de *habeas corpus*, importam apenas indícios de autoria e materialidade.

Não vislumbro constrangimento ilegal por excesso de prazo sendo que a demora está baseada na dificuldade acentuada pela prática do crime de tráfico de entorpecentes interestadual, coação de testemunha, pluralidade de réus, de crimes e da quantidade de drogas sintéticas, exigindo maior atenção na análise do caso concreto.

Superior Tribunal de Justiça

Deste modo, considerando que o processo se desenvolve de forma regular, não havendo se falar em desídia estatal, tampouco em constrangimento ilegal por excesso de prazo para a formulação da culpa, denego a ordem.

Assim, não vislumbro o *fumus boni iuris* necessário à concessão da tutela de urgência neste momento.

Indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações detalhadas ao Juízo da 1ª Vara de Delitos de Tóxico da comarca de Porto Velho/RO sobre o andamento do Processo n. 0014406-62.2018.8.22.0501, bem como a respeito da atual situação do paciente.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator